

NATÁLIA DE AQUINO CESÁRIO

**O REGIME JURÍDICO  
DAS PARCERIAS NA LEI  
Nº 13.019/2014**

*Prefácio*

Thiago Marrara de Mattos

*Apresentação*

Rodrigo Pagani de Souza



O regime jurídico das parcerias do Estado com as Organizações da Sociedade Civil é o objeto central da presente obra, expressão que abrange a abordagem das singularidades do instituto e dos aspectos legais relacionados.

A estrutura da obra possui essencialmente três partes. Na primeira parte, há a abordagem sobre os conceitos jurídicos basilares do tema, a atividade administrativa de fomento, o surgimento do terceiro setor e seu desenvolvimento no Brasil e as formas de parcerias do Estado com o terceiro setor antes do surgimento da Lei nº 13.019/2014. Na segunda parte, há o tratamento dos assuntos principais da Lei nº 13.019/2014, com discussão acerca dos problemas e vantagens do surgimento da lei. Por fim, na terceira parte, há uma análise crítica do regime jurídico das parcerias do Estado com as OSC e o tratamento jurídico dos instrumentos de pactuação previstos na lei.

**Área específica da obra**  
Direito Administrativo

**Áreas afins do livro**  
Direito Civil

**Público-alvo/consumidores da obra**  
Estudantes, pesquisadores, juristas, órgãos de controle, administradores públicos e administradores das Organizações das Sociedades Civil.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10003048

C421r      Cesário, Natália de Aquino

O regime jurídico das parcerias na Lei nº 13.019/2014 / Natália de Aquino Cesário.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

158 p.; 14,5x21,5cm  
ISBN: 978-65-5518-219-4

1. Direito Administrativo. 2. Direito Civil. 3. Empresas Estatais.  
I. Título.

CDD 341.3  
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CESÁRIO, Natália de Aquino. *O regime jurídico das parcerias na Lei nº 13.019/2014*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 158 p. ISBN 978-65-5518-219-4.

### **Natália de Aquino Cesário**

Doutoranda (2019-2022) e Mestra (2018) em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP), subárea de concentração em Direito Administrativo. Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP - 2014). Assistente Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<b>Thiago Marrara</b> .....	15
APRESENTAÇÃO	
<b>Rodrigo Pagani de Souza</b> .....	19
INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO 1	
O TERCEIRO SETOR E O TRATAMENTO JURÍDICO DE SUAS PARCERIAS COM O ESTADO.....	31
1.1 O Terceiro Setor: importância e deficiências na atualidade.....	39
1.2 Breve análise da atividade administrativa de fomento no Terceiro Setor.....	44
1.3 A necessidade de instrumentos de formalização das parcerias.....	52
CAPÍTULO 2	
ANÁLISE DA LEI DE PARCERIAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL COM O ESTADO (LEI Nº 13.019/2014).....	55
2.1 Contexto do surgimento da Lei nº 13.019/2014.....	55
2.2 Denominação: Organização da Sociedade Civil.....	61
2.3 Abrangência da Lei nº 13.019/2014.....	64
2.4 Aplicabilidade e inaplicabilidade da Lei nº 13.019/2014.....	68
2.5 Breve análise das Leis nº 13.019/2014 e nº 13.204/2015 no que se refere às parcerias com as Organizações da Sociedade Civil.....	71
2.5.1 Fase de planejamento.....	76
2.5.1.1 O Procedimento de Manifestação de Interesse Social.....	76
2.5.1.2 Capacitação de profissionais.....	77
2.5.1.3 Instalações prévias.....	77
2.5.1.4 O plano de trabalho.....	78
2.5.2 Fase de seleção.....	81
2.5.2.1 A comissão de seleção.....	81
2.5.2.2 Regularidade trabalhista.....	81
2.5.2.3 Chamamento público.....	82
2.5.2.4 Contratação direta da entidade parceira.....	84
2.5.2.5 Atuação em rede.....	89
2.5.3 Fase de execução.....	89
2.5.4 Fase de monitoramento e avaliação.....	91
2.5.5 Fase de prestação de contas.....	92
2.5.5.1 Revogação do regulamento de compras da OSC.....	93
2.5.5.2 Falta da publicidade das demonstrações contábeis.....	94
CAPÍTULO 3	
O REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS DO ESTADO COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	97
3.1 Disposições preliminares.....	97
3.1.1 Estudos anteriores à Lei nº 13.019/2014.....	98
3.1.2 Regime jurídico contratual das parcerias com o Terceiro Setor.....	104
3.1.3 Autonomia para legislar dos entes federados.....	107
3.2 Quais são atualmente os instrumentos de formalização das parcerias do Estado com o Terceiro Setor?.....	110
3.2.1 Terminologia dos instrumentos previstos na Lei nº 13.019/2014.....	113
3.2.2 Os convênios ainda existem?.....	117
3.2.3 Fuga à aplicação da Lei nº 13.019/2014?.....	121
3.2.4 O Programa Nacional de Publicização.....	123
3.3 Cenário atual das parcerias do Estado com o Terceiro Setor.....	125
3.4 Cláusulas exorbitantes nas parcerias.....	128

3.5	Formalização, execução e alteração das parcerias.....	132
3.6	Extinção das parcerias .....	136
3.7	Responsabilidade e sanções .....	138
3.8	Recursos administrativos .....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		143
REFERÊNCIAS.....		151